Edição nº **4.741** 

Diretor Responsável: **Wilmar Souza e Silva** 

(33) 9 8880-2410 © CNPJ: 17.709.734/0001-47





## Sindcomércio é homenageado pelo Corpo de Bombeiros



O Sindcomércio Teófilo Otoni recebeu, na sexta-feira (6/6), a homenagem do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, entregue pelo comandante da instituição em Teófilo Otoni, tenente Alonso, à equipe da diretoria e o presidente Leonardo Ramos. Essa honraria reconhece o apoio e parceria na realização da 2ª Corrida dos Bombeiros de Teófilo Otoni. **Página 2** 

# Copasa participa das ações do Ministério Público Itinerante no Vale do Jequitinhonha

A Copasa vai marcar presença nas ações do projeto Ministério Público Itinerante, que serão desenvolvidas entre os dias 10 e 12 de junho nos municípios de Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé e Alvorada de Minas, no Vale do Jequitinhonha. Promovida pelo Ministério Público de Minas Gerais, a iniciativa percorre o interior do Estado, com a proposta de aproximar promotores de justiça e a sociedade, possibilitando o acesso da população a diversos atendimentos jurídicos. Página 4



Meio ambiente representa menos de 3% dos investimentos nos 20 municípios que mais recolheram compensação financeira da mineração em 2024

A Diretoria de Fiscalização Integrada e Inteligência do Tribunal de Contas (Suricato/TCEMG), em estudo recente da série "Conhecer para Fiscalizar", avaliou os 20 municípios produtores de ferro e minério de ferro que mais recolheram esses recursos. **Página 5** 



Operação do MPMG prende investigada por criar campanha de 'fake news' para atacar a honra e liberdade pessoal de promotor de Justiça, delegada e servidores públicos em Almenara



Foi decretada pela Justiça no sábado, 7 de junho, a prisão preventiva de uma mulher que está sendo investigada em Almenara, no Vale do Jequitinhonha, por fazer uma campanha difamatória nas redes sociais tendo como alvo um promotor de Justiça e a esposa dele, uma delegada que está licenciada, e outros servidores públicos: um do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e outro da Câmara Municipal de Almenara. Página 2

## FIEMG defende aprovação do novo marco do licenciamento ambiental

Página 4

# PCMG recupera tanques resfriadores furtados em Teófilo Otoni

A Polícia Civil de Minas Gerais, por meio da Delegacia Especializada em Repressão a Furtos e Roubos de Teófilo Otoni, durante ações massificadas e diligências nas empresas de recicláveis de Teófilo Otoni, localizou os tanques de resfriamento que haviam sido furtados no início do mês de junho, em Teófilo Otoni. Página 6





Nossa empresa acolhe as diversidades, venha fazer parte do time indiana!

Envie o seu currículo com o assunto (PcD) para: curriculos@farmaciaindiana.com.br

## Operação do MPMG prende investigada por criar campanha de 'fake news' para atacar a honra e liberdade pessoal de promotor de Justiça, delegada e servidores públicos em Almenara





Foi decretada pela Justiça no sábado, 7 de junho, a prisão preventiva de uma mulher que está sendo investigada em Almenara, no Vale do Jequitinhonha, por fazer uma campanha difamatória nas redes sociais tendo como alvo um promotor de Justiça e a esposa dele, uma delegada que está licenciada, e outros servidores públicos: um do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e outro da Câmara Municipal de Almenara.

As "fake news", algumas delas relacionadas a acusações falsas sobre concursos públicos locais, associação com fraudes e distorção com ação institucional estavam sendo divulgadas em grupos de WhatsApp, grupo "Jornal de Rubim" (Facebook) e nos perfis "@jornalderubim" e "@jornal\_almenara", no Instagram. A prisão preventiva foi decretada pela Justiça como forma de garantir a ordem pública e impedir a continuidade dos crimes.

O promotor de Justiça Bruno Brandi Lichacovski, responsável pela investigação, reforça que a ação representa a proteção das instituições democráticas. "Este não é um ataque apenas aos agentes públicos vitimados, mas uma tentativa covarde de intimidar o Ministério Público e de minar a confiança da sociedade no sistema de Justiça. A liberdade de expressão é um pilar da democracia, mas a produção e o impulsionamento de mentiras para destruir reputações é um crime que precisa ser combatido com rigor. Nossa resposta sera sempre a mesma: mais trabalho, com total transparência e fidelidade à lei, para defender os direitos dos cidadãos de Almenara".

Entenda o caso - Na sexta-feira, 6 de junho, o MPMG e as Polícias Civil e Militar de Minas Gerais, em decorrência das investigações, deflagraram a operação "Luz da Verdade". Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em endereços relacionados à suspeita. Ela foi presa em flagrante. Três celulares e um notebook, todos vinculados às contas utilizadas para os ataques, foram apreendidos. Pouco antes de ser presa, a investigada havia anunciado, pelas redes sociais, a intenção de realizar novas postagens.

A ação enérgica das instituições é uma resposta direta a ataques sistemáticos que visavam atingir a honra

e a credibilidade do promotor de Justiça Olemar Miranda Santiago, de sua esposa, a delegada de polícia Marianna Campos Diniz do Amaral Ribeiro Santiago, da servidora do TJMG, Vânia Cristina Viana, e do procurador da Câmara Municipal de Almenara, Heleno Batista Vieira. As notícias eram disseminadas por meio de uma página falsa, criada com aparência jornalística para deliberadamente induzir a população ao erro, incitar o ódio e minar a confiança nas instituições por meio de redes sociais.

Verdade Contra a Desinformação - A investigação revelou que a mulher se valia de uma rede de perfis para conduzir os ataques, incluindo o perfil de Instagram "@jornal\_almenara", o perfil "@jornalderubim" e o grupo de Facebook "Jornal de Rubim", no qual figurava como administradora. De forma estratégica, as publicações eram impulsionadas com patrocínio, alcançando mais de 92 mil visualizações, o que demonstra a intenção deliberada de causar dano em larga escala. Entre as mentiras desmentidas pela investigação, destacam--se a falsa acusação sobre

sociação com fraudes e distorção com ação institucional. Deacordo como MPMG,

concursos públicos locais, as-

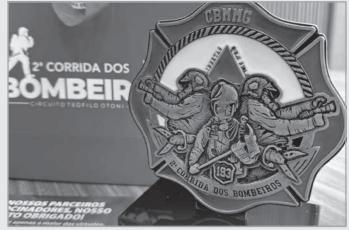
a investigada mente ao publicar conteúdo acusando o promotor de Justiça de atrasar concursos públicos no município. Na verdade, a situação é oposta. Além do MPMG ter firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) exigindo a realização de concurso pela Câmara Municipal, a 1<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Almenara, na qual atua o promotor de Justiça vítima dos ataques, move ação judicial com multa diária já estabelecida para obrigar o município a realizar concurso público.

As postagens tentavam ligar o casal a uma operação que investiga fraudes em concursos, a "Panoptes". Segundo o MPMG, a acusação é completamente falsa, pois o promotor de Justiça e a delegada foram aprovados em concursos realizados em 2013 e jamais foram objeto de investigação na referida operação. Além disso, nenhum deles jamais respondeu a qualquer processo criminal ou administrativo, possuindo reputação ilibada e uma carreira marcada pela legalidade.

Além disso, a campanha criminosa distorceu uma notícia oficial do próprio MPMG para criar uma narrativa falsa. Uma legítima operação de fiscalização da qualidade do combustível em postos da região, comandada pelo promotor de Justiça Olemar Miranda quando atuava na 2ª Promotoria de Justiça (defesa do consumidor), foi descontextualizada e usada de forma leviana para insinuar, sem qualquer prova, uma ligação com supostas fraudes em licitações da Prefeitura de Almenara.

As investigações prosseguem para identificar outros possíveis envolvidos na campanha criminosa. O MPMG, a PCMG e a PMMG reafirmam seu compromisso com a defesa da verdade e da integridade das instituições, garantindo que a justiça seja feita e a honra daqueles que servem à sociedade seja protegida. (Informações/ Fotos: Ministério Público de Minas Gerais/Assessoria de Comunicação Integrada).

## Sindcomércio é homenageado pelo Corpo de **Bombeiros**

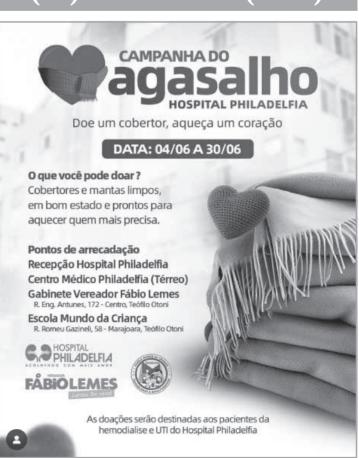




O Sindcomércio de Teófilo Otoni recebeu com grande honra, na manhã de sexta-feira (6/6), a homenagem do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, entregue pelo comandante da instituição em Teófilo Otoni, tenente Alonso, à equipe da diretoria e o presidente Leonardo Ramos. Essa honraria reconhece o apoio e parceria na realização da 2ª Corrida dos Bombeiros de Teófilo Otoni, um evento que une esporte e valorização dos nossos heróis do dia a dia.

"Acreditamos que essas parcerias fortalecem nossa cidade e promovem união e bem-estar. Estarmos ao lado do CBMMG em uma iniciativa tão importante nos enche de orgulho e reforça nosso compromisso com o desenvolvimento da nossa cidade e região", disseram os diretores, agradecendo especialmente a todos que participaram da corrida e tornaram esse momento possível. "Que venham as próximas edições". Representando o Sindcomércio participaram o presidente Leonardo Ramos, o vice--presidente Renato Freitas e o diretor Leonardo Araújo. (Ascom / Sindcomércio).

## DIARIO TRIBUNA (33) 9 8880-2410 (ZAP)



## Instituto Mineiro de Agropecuária vistoria propriedades na região de Mateus Leme na prevenção da gripe aviária

Técnicos já passaram por mais de 300 unidades e reforçam importância do cadastramento de animais

Para proteger o plantel avícola mineiro e reforçar a vigilância sanitária, o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) intensificou as ações de biosseguridade no município de Mateus Leme, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, após a confirmação de um caso de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP) em um cisne--negro. As equipes do IMA, compostas por fiscais agropecuários-médicos veterinários e fiscais assistentes, estão realizando uma varredura sanitária em um raio de três quilômetros do local onde a ave silvestre foi encontrada — área conhecida tecnicamente como perifoco. Já foram vistoriadas mais de 350 propriedades rurais e residências em zonas urbanizadas independentemente do tamanho da área.

Além das vistorias em criatórios no raio de três quilômetros, os profissionais orientam produtores sobre os sintomas da doença, as formas de prevenção e reforçam que a notificação ao IMA de qualquer suspeita é obrigatória. O recadastramento das propriedades também está sendo feito durante as visitas. "A varredura tem caráter educativo e preventivo. Batemos de porta em porta para explicar o que é a gripe aviária, quais são os sintomas, como evitar a transmissão e o que fazer em caso de suspeita", afirma Lucas Jardim, chefe do escritório seccional do IMA, em Pará de Minas.

De forma paralela às ações no perifoco, o IMA iniciou as ações na área de vigi-



lância, que compreende sete quilômetros adicionais ao redor — totalizando um raio de dez quilômetros. Nessas regiões, além dos criatórios de subsistência, as equipes inspecionam granjas comerciais e estabelecimentos como revendas. Essas medidas seguem as diretrizes do Plano Nacional de Vigilância de Influenza Aviária e Doença de Newcastle, coordenado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), e já fazem parte da rotina dos técnicos do IMA no campo.

Cadastramento - Saber onde estão localizadas as criações é uma das estratégias mais eficazes para conter doenças como a gripe aviária. Com esse mapeamento, é possível identificar e vistoriar rapidamente propriedades próximas ao foco, orientar os produtores sobre como proteger seus animais e reforçar ações de prevenção. Por isso, o cadastramento de produtores e propriedades é uma das principais bases do sistema de defesa sanitária agropecuária.

"O cadastro não é um mecanismo de fiscalização, como muitos ainda pensam. Ele é, acima de tudo, uma ferramenta de proteção para todos: produtores, consumidores e para o próprio setor pecuário mineiro", destaca Izabella Hergot, gerente da defesa sanitária animal do IMA. Ela ainda reforça que o cadastro é obrigatório no estado para qualquer tipo de criação — seja industrial, de pequena escala ou de subsistência. O processo é simples e pode ser feito presencialmente ou através do e-mail dos escritórios seccionais do IMA. Para conferir as etapas do cadastro, acesse a Carta de Serviços "Solicitar cadastro de produtor(a) e propriedade". Nela, estão disponíveis os formulários e todas as orientações necessárias.

Serviço - Em casos de suspeita da doença em aves, a população deve entrar em contato com uma das unidades do IMA, responsável pela vigilância sanitária animal no estado. Os endereços e contatos das unidades podem ser consultados no site oficial do órgão. O órgão também disponibilizou uma cartilha virtual com orientações e cuidados básicos para prevenir a contaminação por Influenza Aviária. (Crédito: IMA / Divulgação).

## Operação Caminhos Seguros em Minas realiza 163 prisões e resgata 13 vítimas de exploração sexual infantil

Ações integradas foram coordenadas pela Sejusp, mobilizando mais de 3.400 profissionais das forças de segurança e instituições parceiras



As atividades e abordagens da Operação Caminhos Seguros, realizadas pelo Governo de Minas sob a coordenação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), resultaram em 98 prisões em flagrante e outras 65 por mandado de prisão contra suspeitos do crime de exploração sexual de crianças e adolescentes. Possibilitaram também que 13 crianças e adolescentes fossem resgatados, somando 361 medidas protetivas solicitadas. Além disso, cerca de 50 quilos de drogas foram apreendidos, entre elas haxixe, cocaína e crack.

O balanço foi apresentado na quarta-feira (4/6) pela Superintendência de Integração e Planejamento Operacional (Sipo) da Sejusp. De 30/4 a 30/5, as forças de segurança atuaram de forma integrada na Operação Caminhos Seguros para reprimir e prevenir o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes em todo o estado.

Ações educativas, presenciais e digitais, mobilizaram mais de 3.400 profissionais, que utilizaram cerca de 1.500 viaturas, resultando em mais de 560 mil pessoas alcançadas. No âmbito nacional, a Caminhos Seguros teve a coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública e aconteceu, simultaneamente, nos 26 estados e no Distrito Federal, sendo realizada por órgãos de segurança pública de todo o país, com apoio dos conselhos tutelares.

Em Minas Gerais, sob a coordenação da Sejusp, a operação teve a participação de todas as forças de segurança — Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), contando também com o Ministério Público e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese).

"O balanço da Operação Caminhos Seguros mostra que, em Minas, ela já se tornou definitiva. Demonstrou, mais uma vez, a capacidade técnica e a efetividade das forças de segu-

rança de Minas Gerais de se unirem no enfrentamento qualificado à exploração sexual de crianças e adolescentes", avalia o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco.

Atuações - As áreas de interesse operacional, suscetíveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, concentraram-se em rodovias federais e estaduais, além de casas noturnas, bares, estabelecimentos de hospedagem e outros locais definidos pelos órgãos envolvidos. Uma das atribuições específicas da Sejusp consistiu no recebimento de denúncias da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, repassando--as às instituições competentes para a apuração. Durante os trabalhos, as instituições analisaram denúncias e intensificaram a fiscalização, realizaram ações preventivas e estimularam a realização de denúncias. Foram 595 denúncias apuradas e quase nove mil veículos fiscalizados em 217 pontos de bloqueio para blitz em todo o estado.





Gabriel Bezerra Rêgo

Otorrinolaringologia e Medicina do Sono CRM-MG: 41683

Clínica IVAS
3522-2591
www.ivas.com.br

# Copasa participa das ações do Ministério Público Itinerante no Vale do Jequitinhonha

Iniciativa percorre o interior com proposta de possibilitar o acesso da população a diversos atendimentos

A Copasa vai marcar presença nas ações do projeto Ministério Público Itinerante, que serão desenvolvidas entre os dias 10 e 12 de junho (terça a quinta-feira) nos municípios de Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé e Alvorada de Minas, no Vale do Jequitinhonha. Promovida pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a iniciativa percorre o interior do Estado, com a proposta de aproximar promotores de justiça e a sociedade, possibilitando o acesso da população a diversos atendimentos jurídicos, especialmente, nas regiões de maior vulnerabilidade social.

Durante as atividades do MP Itinerante, das 9h às 16h, a Copasa vai disponibilizar atendimento especial aos clientes por meio da Agência Móvel, que oferecerá diversos serviços, como solicitação de ligação de água e esgoto, emissão de segunda via de contas, troca de titularidade e negociação de débitos, inserção e atualização cadastral na Tarifa Social e cadastro de Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Os clientes que tiverem interesse no cadastro para a Tarifa Social, que concede até 50% de desconto nas contas da Copasa, deverão apresentar a folha resumo do CadÚnico, comprovante de endereço, documentos pessoais e possuir renda per capita de até meio salário mínimo por pessoa do grupo familiar ou então apresentar o comprovante de recebimento do BPC.

Além disso, durante os três dias, a equipe de desenvolvimento social da Companhia vai realizar uma mobilização social voltada para as famílias cujas resi-



dências ainda não estão conectadas às redes de água e esgotamento sanitário. Ainda na programação, o público poderá se hidratar com água potável, que será oferecida no Equipamento de Distribuição de Água (EDA) da Copasa.

Com a participação no evento, a Copasa busca promover ações que facilitem o relacionamento com o cliente e a sociedade por meio de atendimento personalizado e divulgação dos serviços e programas ligados aos compromissos da Agenda ESG, com foco na obtenção e manutenção da Licença Social para Operar.

"A parceria com o Ministério Público Itinerante reforça o compromisso da Companhia em atuar junto às comunidades, com a promoção de ações de responsabilidade social e prestação de serviços voltados à melhoria das condições de saúde, qualidade de vida e desenvolvimento em benefício dos nossos clientes, considerados como o centro do negócio da empresa", afirma a Superinten-

dente de Operações Norte e Leste da Copasa, Melissa Seixas Lima Figueiredo.

Sobre o projeto - O projeto Ministério Público Itinerante leva à Justiça e o conhecimento dos direitos básicos para uma vida digna a cidades isoladas, sem fácil acesso às promotorias de justiça e com os Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) mais baixos de Minas Gerais. Os serviços multidisciplinares oferecidos vão desde a requisição de orientação jurídica a atividades voltadas para a prevenção da violência doméstica e familiar.

Serviço: Copasa participa das ações do MP Itinerante em municípios do Vale do Jequitinhonha. Serra Azul de Minas - **Data:** 10/06/2025 (terça-feira). Horário: 9h às 16h. Local: Quadra Poliesportiva. Santo Antônio do Itambé - Data: 11/06/2025 (quarta-feira). **Ho**rário: 9h às 16h. Local: Rua da Prefeitura. Alvorada de Minas - Data: 12/06/2025 (quinta-feira). Horário: 9h às 16h. Local: Praça Castro Pires. (Crédito: Copasa/Divulgação/CO-PASA, assessoria de imprensa).

## FIEMG defende aprovação do novo marco do licenciamento ambiental

Reunião do Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Estratégico da FIEMG destaca avanços no Projeto de Lei do Licenciamento Ambiental



O avanço do projeto de lei que institui o novo marco legal do licenciamento ambiental foi o tema central da reunião do Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Estratégico da FIEMG, realizada no dia 9 de junho, na sede da Federação, em Belo Horizonte. O encontro contou com a participação de empresários, representantes do setor produtivo e especialistas em meio ambiente.

Na abertura da reunião, o presidente do Conselho, Mário Campos, destacou a importância da aprovação do texto que tramita no Congresso Nacional há anos e que, após ser aprovado recentemente no Senado com alterações, volta agora para nova análise na Câmara dos Deputados. Segundo Campos, a FIEMG teve participação ativa nas discussões e contribuições que ajudaram a aprimorar o texto original. Um dos pontos de destaque foi a reinclusão da atividade de mineração no escopo da nova legislação, após ter sido retirada na primeira ver-

são aprovada pela Câmara.

"O texto atual traz um avanço importante ao estabelecer diretrizes nacionais para o licenciamento ambiental, algo que o país ainda não tem. Hoje, o licenciamento é extremamente pulverizado, com regulamentações estaduais e,

em alguns casos, até municipais. Isso gera insegurança jurídica e dificuldade para empreender no Brasil", avaliou Campos. O presidente do Conselho ressaltou ainda que o texto incorpora boas práticas já adotadas por diversos estados nos últimos anos, o que, na avaliação da FIEMG, torna a proposta madura e adequada à realidade do país. "É fundamental que essa lei seja aprovada o mais rapidamente possível, para que possamos ter um norte claro de como o licenciamento ambiental deve ser conduzido em todo o território nacional. Depois disso, estados e municípios irão internalizar esse marco e padronizar seus procedimentos", afirmou.

Durante a reunião, também foram apresentados temas técnicos relevantes para o setor. Nathália Martins, analista de Meio Ambiente da Gerência de Meio Ambiente da FIEMG, conduziu a apresentação sobre as propostas de revisão da Resolução Conjunta SE-MAD-IEF n° 3132/2022, que estabelece diretrizes e procedimentos para a análise individualizada do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em Minas Gerais. Segundo ela, a revisão da resolução é fundamental para tornar o processo mais dinâmico e efetivo. "Essa revisão é extremamente importante para tornar a análise mais ágil e eficaz, permitindo que os cadastros rurais sejam processados de forma mais eficiente. Isso é fundamental para a indústria, pois viabiliza, de fato, a regularização ambiental dos imóveis rurais", destacou Nathália.

Marcelo Arguelles, especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e Thiago Rodrigues Cavalcanti, da gerência de Meio Ambiente e secretário executivo do Conselho da FIEMG, detalharam os principais pontos do Projeto de Lei nº 2159/2021, aprovado pelo Senado, que estabelece a nova lei geral do licenciamento ambiental no Brasil. Na parte de informes, Gabriele Souza, trainee da Gerência de Meio Ambiente da FIEMG, apresentou o novo Sistema de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (SGBH). Priscila Sette, analista ambiental da FIE-MG, falou sobre a realização do seminário "Águas para o Futuro". Monicke Sant Anna Pinto de Arruda, coordenadora do Núcleo Jurídico da Gerência de Meio Ambiente da FIE-MG, compartilhou informações sobre a realização da 6ª Conferência das Cidades – Etapa Municipal de Belo Horizonte. (Denise Lucas/ Imprensa FIEMG/ Foto: Sebastião Jacinto Junior).





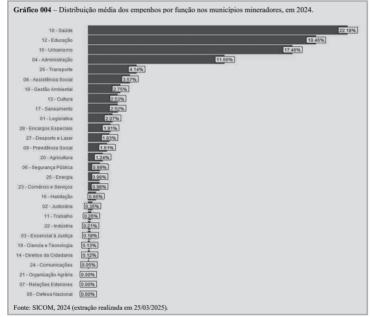
## **Meio ambiente** representa menos de 3% dos investimentos nos 20 municípios que mais recolheram compensação financeira da mineração em 2024

Você sabia que, no ano passado, as mineradoras pagaram à Agência Nacional de Mineração (ANM), referente a Minas Gerais, R\$ 3,3 bilhões em contrapartidas financeiras pela exploração dos recursos minerais? E também que, após o repasse aos municípios, pelo menos 20% dessa compensação devem, preferencialmente, ser destinados pelos gestores públicos para atividades relativas ao desenvolvimento sustentável, por exemplo? Mas essa, infelizmente, não é uma realidade no estado.

A Diretoria de Fiscalização Integrada e Inteligência do Tribunal de Contas (Suricato/TCEMG), em estudo recente da série "Conhecer para Fiscalizar", avaliou os 20 municípios produtores de ferro e minério de ferro que mais recolheram esses recursos. Juntos, esses bens minerais somam 88,56% do valor total recolhido de CFEM em MG, liderando o ranking dos 81 tipos de minérios mais explorados. Com base no levantamento, a notícia neste Dia Mundial do Meio Ambiente (5/6) não é boa para o setor: a gestão ambiental é apenas a sétima na lista de distribuição média desses valores empenhados no ano de 2024 (2,75%), mesmo sendo considerada uma área igualmente essencial no contexto de regiões com atividade mineradora.

Potencial transformador - A Constituição da República recomenda a destinação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) para atenuar os impactos ambientais e sociais da mineração. Em súmu-





la (125/2023), o TCEMG também já reforçou a preferência para aplicação nas áreas prioritárias, além do norte indispensável de sempre atender ao interesse público, em benefício das comunidades locais. Contudo, como a CFEM não é propriamente uma receita vinculada (com destinação obrigatória), os gestores municipais possuem certa liberdade para aplicar o recurso em despesas correntes e de capital, respeitando o interesse público e as vedações legais.

De qualquer forma, como enfatizado no próprio estudo do TCEMG, "se utilizada de forma estratégica e transparente, essa fonte de receita tem o potencial de transformar significativamente a qualidade de vida nesses locais". Por isso, é importante que a população esteja atenta às políticas públicas e seu funcionamento, e conte com os órgãos de fiscalização e controle para

que as ações sejam eficientes e façam, de fato, a diferença na vida das pessoas.

Municípios analisados

- Conceição do Mato Dentro; Congonhas; Itabira; Itabirito; São Gonçalo do Rio Abaixo; Mariana; Nova Lima; Ouro Preto; Belo Vale; Itatiaiuçu; Brumadinho; Barão de Cocais; Antônio Dias; Santa Bárbara; Bela Vista de Minas; Catas Altas; Sarzedo; Rio Acima; Igarapé; e Mateus Leme. Matérias já publicadas sobre o assunto: • TCE aponta que municípios mineradores sofrem mais com doenças respiratórias, circulatórias, dos olhos e ouvidos; • Meio ambiente representa menos de 3% dos investimentos nos 20 municípios que mais recolheram compensação financeira da mineração em 2024 (você está aqui!); • Estudo do TCEMG revela fragilidades no investimento em Defesa Civil mesmo em cidades com barragens em situação de emergência.

## **Estudo do TCEMG** revela fragilidades no investimento em Defesa Civil mesmo em cidades com barragens em situação de emergência

Os investimentos em Defesa Civil são essenciais para a prevenção e redução de riscos, especialmente na realidade de municípios mineradores. Esta é uma das premissas analisadas em estudo divulgado pela Diretoria de Fiscalização Integrada e Inteligência do Tribunal de Contas (Suricato/TCEMG), que avaliou não apenas os impactos da mineração de ferro na saúde, mas também como os 20 municípios que mais recolheram a contrapartida financeira pela exploração desses minerais em 2024 vêm aplicando seu orçamento de modo geral.

Especificamente em relação à Defesa Civil, o resultado é preocupante. Na prática, oito das 20 cidades analisadas não apresentaram registros de contabilização de despesas na subfunção Defesa Civil, conforme dados declarados pelos Municípios no Sicom. E, para piorar, conforme dados da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), das 18 (100%) barragens classificadas com nível de emergência de 1 a 3, sete (39%) estão justamente nos municípios de Barão de Cocais, Itabirito e Nova Lima, que integram o grupo de estudo.

Proteção civil - A ausência de registros de realização de despesas em defesa civil, conforme o levantamento do TCE-



MG, indica um cenário de vulnerabilidade. Isso porque os municípios podem não estar aprimorando e desenvolvendo ações de resposta a situações de emergência, ou que não estão inserindo adequadamente os dados em suas prestações de contas e demonstrati-

vos de interesse público. Além disso, na análise do Indicador de Capacidade Municipal em Proteção Civil (ICM), que monitora a competência dos municípios brasileiros para resposta à gestão de riscos e desastres, apenas quatro (20%) dos 20 listados aparecem na Faixa A - Alta, o melhor resultado possível. Quanto aos outros, são nove na Faixa B (45%); quatro na Faixa C (20%); e três (15%) na Faixa D - Inicial, a mais baixa e preocupante.

O desempenho mostra, de acordo com o estudo, que apesar de haver maior disponibilidade de recursos financeiros nos municípios mineradores, a capacidade de prevenção e resposta,

por outro lado, é insuficiente. É possível concluir, com isso, que existe uma deficiência para lidar com eventos adversos, tais como inundações, deslizamentos de terra e rompimentos de barragens.

Verba compensatória - O estudo técnico do TCE-MG considerou os 20 municípios que mais recolheram contrapartidas financeiras pela exploração de ferro e minério de ferro no estado em 2024. São eles: Conceição do Mato Dentro; Congonhas; Itabira; Itabirito; São Gonçalo do Rio Abaixo; Mariana; Nova Lima; Ouro Preto; Belo Vale; Itatiaiuçu; Brumadinho; Barão de Cocais; Antônio Dias; Santa Barbara: Bela Vista de Minas; Catas Altas; Sarzedo; Rio Acima; Igarapé; e Mateus Leme. Vale ressaltar que a arrecadação da verba compensatória é feita pela Agência Nacional de Mineração (ANM). É dela a responsabilidade de fazer, depois disso, o repasse dos recursos aos municípios mineradores.



## DIÁRIO TRIBUNA

9 8880-2410 (ZAP)

## PCMG promove ações de combate à violência sexual infantojuvenil em Pedra Azul e região

Atividades, alusivas ao Maio Laranja, incluíram palestras, rodas de conversa e distribuição de materiais informativos



Durante o último mês, a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) em Pedra Azul, no Vale do Jequitinhonha, realizou uma série de ações educativas em alusão à campanha Maio Laranja, movimento nacional de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

As atividades, conduzidas pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), contando com parceria com as secretarias de assistência social dos municípios, incluíram palestras em escolas, rodas de conversa em espaços públicos e distribuição de materiais informativos em Pedra Azul, Cachoeira de Pajeú, Águas Vermelhas e Divisa Alegre, incluindo atuação em um povoado da região.

Com o tema "Faça bonito. Proteja nossas crianças e adolescentes", a campanha teve como objetivo sensibilizar a população sobre a importância da prevenção, identificação e denúncia de casos de violência sexual infantojuvenil. As ações contribuíram para o recebimento de novas denúncias, que serão devidamente apuradas pela PCMG e encaminhadas aos demais órgãos da rede de proteção. (Informações/Fotos: PCMG, dr. Thiago Carvalho).

## Após denúncia Polícia Militar flagra homem com revólver na cintura

MEDINA - A Polícia Militar recebeu informações, no sábado (7/6), que três indivíduos no distrito de General Dutra, em Medina, estavam em via pública consumindo entorpecentes, e um deles estava portando um revólver em sua cintura. Os militares estacionaram a viatura em um local estratégico para surpreender o alvo e, após incursão dentro do distrito, o alvo da denúncia foi localizado, abordado e submetido a busca pessoal.

A equipe localizou um revólver calibre 38 municiado com 6 cartuchos intactos na cintura do homem,



de 22 anos, que foi preso em flagrante, encaminhado ao Hospital Santa Rita para exame cautelar e posteriormente conduzido à delegacia de Polícia Civil em Pedra Azul, para os trâmites legais de polícia judiciária. (Informações/ Foto: assessoria de comunicação do 70° BPM, Araçuaí).

## **PCMG** recupera tanques resfriadores furtados em Teófilo Otoni

A Polícia Civil de Minas Gerais, por meio da Delegacia Especializada em Repressão a Furtos e Roubos de Teófilo Otoni, durante ações massificadas e diligências nas empresas de recicláveis de Teófilo Otoni, localizou os tanques de resfriamento que haviam sido furtados no início do mês de junho, em Teófilo Otoni. A Delegacia Especializada tomou conhecimento do furto dos tanques por meio do registro da ocorrência policial, tendo a vítima narrado a subtração do material de um loteamento.

Durante ações policiais realizadas na cidade, especificamente nas empresas de recicláveis e ferro-velho, a equipe localizou os tanques acondicionados num lote pertencente a uma empresa voltada à compra e venda de metais recicláveis, sendo o material apreendido e liberado para a vítima, que providenciou a reti-





rada dos tanques do local. Segundo o delegado titular da Delegacia Especializada em Repressão a Furtos e Roubos de Teófilo Otoni, Dr. Eduardo Gil, os crimes de furto e recep-

tação seguem sendo inves-

tigados. Equipe PCMG: delegado Eduardo Gil. Investigadores Anderson Schultz, Cláudio Borges, Erick Mateus e Igor Ganen. Escrivães Anselmo e Lucas. (Informações/Fotos: PCMG, Dr. Eduardo Gil).

## Operação da Polícia Militar apreende drogas e prende cinco pessoas



NANUQUE - Durante patrulhamento no distrito de Vila Pereira, em Nanuque, os policiais militares estavam recebendo diversas denúncias apontando que em uma casa dessa localidade estaria sendo usada para o comércio de drogas e prostituição. As informações estavam sendo trabalhadas e compartilhadas entre as equipes para futura ação no local.

No domingo (8/6), os militares fizeram monitoramento e abordagem no

enterrado no quintal 2 sacolas com maconha, crack, cocaína, embalagens e balança de precisão. A ação resultou na prisão de cinco pessoas, sendo dois de Nanuque, um de Belo Horizonte, um de Vespasiano e um do Espírito Santo. Todos os autores foram identificados e presos, segundo a PM, não tinham parentesco, estavam utilizando o imóvel alugado para tráfico de drogas e prostituição.

Foram apreendidos:

bruta de crack, 27 pinos + 48 papelotes de cocaína, 9 buchas de maconha, 1 tablete de maconha prensada, 1 balança de precisão e diversas embalagens. Os presos foram conduzidos, juntamente com os materiais, para a delegacia de Polícia Civil para as medidas cabíveis. Equipes: Patrulha Rural Alpha e Patrulha Rural Bravo. (Informações/Foto: assessoria de comunicação da 24ª Cia PM Ind. Nanuque).

## Polícia Militar resgata homem que caiu dentro de cisterna



**SERRA DOS AIMO-RÉS** - A Polícia Militar foi acionada na quinta-feira, 5 de junho, com informações de que um homem havia caído em uma cisterna nos fundos de uma residência, no município de Serra dos Aimorés, e de imediato uma equipe foi ao local, onde constatou que um indivíduo estava dentro da cisterna com aproximadamente 10 metros de profundidade, parcialmente coberta por água, e tinha quantidade de água

suficiente, para encobri-lo. Moradores informaram que ouviram gritos por socorro e, ao verificarem, localizaram a vítima já dentro da cistema. Foi feito contato com o Cor-

> Qualidade, design e sustentabilidade aliados ao melhor custo-benefício. É MODELO!

po de Bombeiros, que orientou aos militares, mas, pelo fato da distância, demoraria algumas horas para a equipe chegar ao local. Devido a urgência da situação, os militares utilizaram meios, como uma corda e uma escada cedidas por populares, para realizar o resgate.

Fazendo uso dos equipamentos improvisados, os militares conseguiram resgatar a vítima ainda com sinais vitais, embora debilitada, respiração ofegante e sinais de hipotermia. Foram prestados os primeiros socorros, sendo constatado, apenas a necessidade de manter o calor, o que foi feito utilizando cobertor, pois ele disse que fi-



cou por cerca de duas horas dentro da cisterna. Em seguida, o homem foi encaminhado ao hospital local para avaliação médica, apresentando escoriações pelo corpo e corte no couro cabeludo, e após medicado, foi mantido em observação.

Segundo a PM, o homem disse que fez uso de bebida alcoólica e caiu na cisterna ao tentar pegar água. O local foi deixado em segurança, e os policiais orientaram os moradores sobre a necessidade de isolamento e sinalização adequada da cisterna, para evitar novos acidentes. Equipe: Serra dos Aimorés, cabo Fábio, soldados Ingrid e Quaresma. CPU, sargentos Oliveira e Moreira. (Informações/Fotos: PMMG/ Nanuque).



## Publicação Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PADRE PA-RAÍSO/MG – AVISO DE REVOGAÇÃO – PRE-GÃO ELETRÔNICO Nº 034/2024 - PROCESSO **LICITATÓRIO** Nº 067/2024 – Fica revogado, em todos os seus termos, por interesse da Administração, conforme decisão fundamentada no inciso II do artigo 71 da Lei no 14.133/2021, o Pregão Eletrônico nº 034/2024, cujo objeto é o "Registro de Precos para futura e eventual aquisição de tecidos, aviamentos e artigos para cama, mesa e banho para atender as necessidades das secretarias municipais de Padre Paraíso -MG". Fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para eventual interposição de recurso pelos licitantes, nos termos do art. 165, inciso I, alínea "d", da Lei no 14.133/2021. Finalizados os procedimentos, determina-se o arquivamento. Padre Paraíso/MG, 09 de junho de 2025. Diego Ferdinando de Oliveira – Prefeito Municipal.









modele



Reynaldo do Carmo Neves OAB/MG 61.093

Maria Beatriz C. Cicci Neves OAB/MG 49.428

Paula Barreiros OAB/MG 91.601 Júlia Cicci Neves OAB/MG 211,320

Stéfanie de Almeida Santos OAB/MG 211,942

Telefax: (33) 3536-3636 reynaldoneves.advs@uol.com.br

Rua Epaminondas Otoni, 958 - Sl. 207 Centro - Teófilo Otoni - MG CEP: 39.800-013





### pediente

Um jornal Diário a serviço do Nordeste de Minas - Fundado em 05 de agosto de 1969 Filiado ao SINDIJORI — Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais — sindijori@fiemg.com.br — Av. do Contorno, 4.456, Funcionários, Belo Horizonte — Minas Gerais — CEP: 30.110-028

Diretor Responsável: Wilmar Souza e Silva

#### Redação e Composição:

Rua Victor Renault, 737 - Fundos - Laerte Laender 39.803-151 • Teófilo Otoni • MG Tribuna do Mucuri Ltda - (Diário Tribuna) CNPJ: 17.709.734/0001-47 • (33) 98880-2410 Zap Representante em Belo Horizonte:

André Francisco Oliveira Silva (98851-0805)

#### Jurídico:

Dr. Marcos Ganem Advogados Associados m.ganem@uol.com.br

#### Contábil:

Vitaly Almeida & Contadores Associados Ltda vitalyalmeida@gmail.com

### **Colaboradores:**

Dra. Juliana Lemes da Cruz; Dr. Jeferson Botelho Pereira; Paulo Sérgio Almeida Santos; José de Paiva Neto; Márcio

Barbosa dos Reis; Humberto Barbosa; José Carlos Freire.

#### Impressão:

Artes Gráficas Modelo Rua Marcelo Guedes, 170 - (33) 3522-3070 Cidade Alta - Teófilo Otoni



## **Publicidades**

















## **Transporte Legal**

É mais seguro e constante, além de render recursos para o município.

Gera mais benefícios sociais para você.





